# *Capítulo 69*

# A crise do Antigo Regime: o processo de Independência do Brasil (1808-1822)

Em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se centro de decisões do Império português. A liberdade comercial então concedida marca o fim do *Pacto Colonial* e pode ser considerada fato decisivo no processo de independência.

Desde a segunda metade do século anterior, junto com a Revolução Industrial, operava-se a substituição do capitalismo comercial pelo capitalismo industrial. Para este, não interessava o monopólio comercial, mas o comércio livre, para haver compra de matéria-prima de quem se quisesse e venda de produtos onde se lucrasse mais. Ao *mercantilismo* opunha-se o *liberalismo*, contrário à intervenção do Estado na economia e favorável à livre iniciativa.

Portugal, tal como a Espanha, resistiu ao fim do monopólio comercial com seu mundo colonial, pois vivia bem como simples intermediário: levava produtos para os mercados consumidores e trazia as mercadorias necessárias à população colonial. A manutenção do monopólio só era possível mediante a imposição de restrições a atividades econômicas na colônia, o que a impedia de se desenvolver. Era preciso cortar as amarras que obrigavam o Brasil a produzir segundo os interesses da metrópole, em vez de atender a suas próprias necessidades.

## *1. Brasil, sede do Império*

No início do século XIX, além do desenvolvimento do capitalismo industrial em prejuízo do comercial, uma circunstância política internacional ajudou a acelerar a decadência dos impérios ibéricos: a política de Napoleão, que tinha a Europa a seus pés. Ao entrar triunfalmente em Berlim em 1806, ele havia decretado o *Bloqueio Continental*. A França exigiu de Portugal que:

- decretasse guerra à Inglaterra;
- fechasse seus portos aos navios ingleses;
- incorporasse seus navios à esquadra francesa;
- confiscasse os bens de ingleses que vivessem em Portugal.

Portugal ficou em situação difícil. Se atendesse à França, perderia o Brasil, que seria invadido pela Inglaterra; se não atendesse e continuasse aliado da Inglaterra, seria invadido pela França e submetido à força. Na chefia do governo português, estava o príncipe regente D. João, em lugar de sua mãe Maria I, doente mental. Ele tentou ganhar tempo. Propôs à Inglaterra que fingiria atender à França, ou seja, declararia guerra, fecharia os portos e expulsaria os ingleses apenas aparentemente; à França, propôs o casamento de seu filho D. Pedro, de nove anos, com uma sobrinha de Napoleão.

Ingleses e franceses recusaram as propostas. A solução de urgência parecia a transferência da Corte para o Brasil. Interessava à Coroa, pois manteria o domínio sobre a rica colônia; e à Inglaterra, que queria impedir a esquadra portuguesa de cair nas mãos de Napoleão e restringir o proveito que a França pudesse tirar das colônias portuguesas. E o Brasil estaria sob influência dos ingleses, o que lhes facilitaria a penetração na América do Sul.

Foi assim que, em outubro de 1807, enquanto em Fontainebleau Napoleão acertava secretamente com a Espanha a divisão de Portugal, também em segredo a Inglaterra se comprometia a proteger a transferência da família real portuguesa para o Brasil.

Embarcaram junto a nobreza, o alto funcionalismo, oficiais superiores com suas famílias: mais de 10 000 pessoas, em apenas catorze navios, com suas riquezas, documentos, bibliotecas, coleções de arte e todos os bens que pudessem carregar. Quando as forças francesas chegaram a Lisboa, tudo o que puderam avistar foram vultos no horizonte. Restava-lhes um reino pobre e abandonado.

A viagem não foi fácil. Além da falta de acomodações e de alimentos, uma tempestade dispersou os navios. Alguns chegaram ao Rio de Janeiro, mas outros, entre os quais aquele que levava o príncipe regente, aportaram na Bahia, em fins de janeiro de 1808. Só no começo de março, D. João e comitiva se transferiram para o Rio, onde os receberam com festas.

Alojar tanta gente da noite para o dia foi um problema de fácil solução para quem detinha o

poder sobre tudo e sobre todos. D. João requisitou as principais residências e despejou os moradores, mandando afixar em cada casa as letras *P.R.*, correspondentes a *P*ríncipe *R*egente, que o povo lia como "*P*onha-se na *R*ua" ou "*P*rédio *R*oubado".

## 2. Conseqüências econômicas

Ainda na Bahia, D. João tomou medida de largo alcance econômico: a *abertura dos portos* da colônia às nações amigas, liberando o comércio do jugo do monopólio e, portanto, acabando com o domínio colonial. A medida era necessária para que o Brasil não ficasse isolado do mundo, pois a metrópole tinha sido tomada pelos franceses.

A abertura dos portos favoreceu a Inglaterra, já que dispunha de melhores condições de comerciar com o Brasil e era a maior interessada no comércio livre, que lhe possibilitava compensar o que havia perdido na Europa. Ela tratou de tirar o maior proveito da situação. O soberano português detinha títulos, mas havia cedido independência e liberdade de ação, pois:

- no Rio de Janeiro, uma divisão naval inglesa guardava a família real;
- na Europa, os ingleses dirigiram a luta contra os franceses e, expulsos os invasores, um general inglês foi nomeado comandante supremo do exército português e governador do reino.

A cobrança inglesa não parou aí. Bastaria dizer que praticamente deixou de existir o comércio português no Brasil. No decreto de abertura dos portos havia sido fixada uma taxa de 24% sobre o valor de todas as mercadorias importadas, com exceção das portuguesas, taxadas em 16%. Pois bem, num tratado assinado em 1810, a Inglaterra passou a pagar a taxa de 15%, menos que a taxa das próprias mercadorias portuguesas. As taxas seriam igualadas apenas seis anos depois.

A fixação da Corte no Rio de Janeiro dinamizou todas as atividades da colônia. Nobres investiram seus capitais e foram se apegando ao Brasil, terra mais ampla e mais rica em recursos que a metrópole, arruinada pela guerra. A necessidade de melhoramentos resultou em medidas que trouxeram progresso:

- revogação da lei que proibia diversas indústrias;
- construção de estradas;
- melhoria dos portos;
- introdução de novas espécies vegetais, como o chá;
- promoção da vinda de colonos europeus; e outras.

Apesar das medidas liberalizantes, a indústria não se desenvolveu, pois não tinha condições de competir com a inglesa. Em conseqüência das importações, desde essa época o comércio exterior brasileiro começou a ser deficitário, situação que só mudaria temporariamente na segunda metade do século XIX, com o crescimento da exportação do café. Chegaram tantas manufaturas inglesas, logo após a vinda da família real, que subiram os aluguéis das casas para armazená-las. Navios congestionavam a baía, e a alfândega transbordou com o volume de mercadorias. Ferragens, peixe salgado, queijos, chapéus, vidros, cerâmica, cordoalha, cerveja, tintas, gomas, resinas, tudo ficou exposto ao sol, chuva e depredação geral.

## 3. Conseqüências administrativas

D. João reorganizou toda a administração:

- criou três Ministérios: Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior;
- fundou o Banco do Brasil;
- instalou a Junta Geral do Comércio;
- instalou a Casa da Suplicação (Supremo Tribunal).

Em 1815, foram extintos os Estados do Brasil; do Grão-Pará e Rio Negro; e do Maranhão e Piauí. O Brasil foi elevado à categoria de reino e todas as terras portuguesas passaram a chamar-se *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.* Dona Maria I morreu em 1816 e o príncipe regente foi aclamado e coroado rei, como Dom João VI, em 1818.

A partir de 1821, as capitanias passaram a ser chamadas *províncias*. Foram criadas mais quatro: Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe. A divisão territorial ficou semelhante à atual. A administração estava centralizada nas mãos do rei e dos governadores das províncias, subordinados a ele.

## 4. Revolução em Pernambuco

Vários fatores levaram à Revolução Pernambucana de 1817:

*econômicos* – crise na produção de açúcar e algodão, luta dos senhores rurais e homens livres contra o domínio comercial dos portugueses e os altos preços pelos quais estes vendiam gêneros de primeira necessidade;

*políticos* – desejo de substituir a monarquia absoluta de direito divino por uma forma mais liberal de governo, como a República, já adotada nos Estados Unidos;

*sociais* – as grandes desigualdades sociais e raciais.

Idéias de liberdade espalhavam-se por sociedades secretas, quartéis, clero e população. O próprio governador ateou fogo ao estopim da revolta ao mandar prender os líderes do movimento: os comerciantes Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz; o padre João Ribeiro; o cirurgião Vicente Guimarães Peixoto; os tenentes Manuel de Sousa Teixeira e José Mariano Cavalcanti; e os capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima. O capitão Lima matou o oficial que lhe deu voz de prisão. E a revolução começou.

Os revolucionários bateram as forças do governador e organizaram um governo provisório com cinco membros, representando comércio, exército, clero, agricultura e justiça. Enviaram emissários para capitanias do Nordeste e exterior (Estados Unidos, Argentina e Inglaterra). Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram. Os emissários enviados ao Ceará foram presos; o que foi à Bahia, fuzilado.

Forças militares enviadas da Bahia e do Rio venceram os revolucionários e tropas leais aos portugueses ocuparam Recife, praticando desordens e assassinatos. Os líderes principais, uma dúzia deles, foram executados. No início de 1818, o príncipe regente anistiou outros 72 condenados à morte.

A Revolução Pernambucana de 1817 conseguiu congregar, em torno do ideal de emancipação política e republicanismo, populares, intelectuais, militares e religiosos (havia mais de 60 padres envolvidos).

## 5. O Sete de Setembro

Uma revolução explodiu na cidade do *Porto* em 1820, dominou Portugal, adotou uma Constituição provisória baseada na espanhola e impôs sérias exigências a D. João VI: aceitar a Constituição a ser promulgada pelas Cortes de Lisboa; nomear para os cargos públicos mais importantes doze pessoas indicadas pelos revolucionários.

Temendo perder o trono, D. João VI concordou. Os revolucionários impunham que as Cortes funcionariam em Lisboa; o rei não teve alternativa, a não ser rumar para Portugal, em abril de 1821. Aqui, deixou o filho Pedro como príncipe regente; e a situação política e econômica do Brasil se agravou. Os cofres haviam sido esvaziados e o ouro levado para Lisboa. Nas províncias, cresciam a agitação e a hostilidade entre brasileiros e portugueses.

D. Pedro começou agindo com moderação: restringiu as despesas, baixou os impostos e equiparou os militares brasileiros aos portugueses. As Cortes de Lisboa não gostaram de sua política. Queriam recolonizar o Brasil e tomaram medidas contrárias aos interesses brasileiros: desligaram os governos provinciais do governo do Rio de Janeiro; suprimiram os tribunais instituídos por D. João VI; ordenaram a D. Pedro que entregasse o governo a uma junta submissa a Lisboa e voltasse a Portugal imediatamente.

Portugal não queria perder o Brasil, mas se a separação fosse inevitável, parecia-lhe necessário que a Independência se desse com portugueses no poder. Os grupos que exerciam influência nos destinos do Brasil estavam orientados em três direções bem distintas:

- levar o país de volta à situação de colônia, como queriam as Cortes;
- apoiar D. Pedro e chegar a uma Independência pacífica, com a instalação de uma monarquia;
- proclamar a República, com apoio nos movimentos populares.

Venceu o grupo ligado a D. Pedro, que já estava no poder e se beneficiaria com a Independência, da forma como se deu: sem o povo. Diante de novos decretos das Cortes, anulando decisões suas, impondo-lhe ministros e mandando instaurar processos contra quem contrariasse as ordens de Lisboa, D. Pedro declarou a separação entre Brasil e Portugal em 7 de setembro de 1822. Enquanto ele iniciava o período conhecido como Primeiro Reinado (1822-1831) e o Brasil engatinhava como nação soberana, na Europa se desenvolviam intensos movimentos sociais, com o ressurgimento de

uma onda revolucionária que introduziria novo elemento em cena: o proletariado industrial.

## Questões propostas

1. Além do desenvolvimento do capitalismo industrial em prejuízo do mercantilista, que circunstância política internacional contribuiu para o fim das colônias ibéricas no início do século XIX? Comente o caso particular do Brasil em relação a tal circunstância.

2. Para a população do Rio de Janeiro, que conseqüências imediatas trouxe no seu dia-a-dia a chegada da família real, acompanhada de mais de 10 000 pessoas?

3. Qual a primeira medida de alcance econômico tomada por D. João e como ela beneficiou a Inglaterra?

4. O que estabeleceu e que conseqüência trouxe o tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra?

5. Durante a estada da família real no Rio de Janeiro, a Coroa tomou medidas que estimularam a economia do país. Que medidas foram essas?

6. Por que a indústria brasileira não se desenvolveu?

7. Que fatores levaram à Revolução Pernambucana de 1817? Que classe de pessoas participou do movimento e o que queriam?

8. Por que Dom João VI se viu obrigado a voltar a Portugal?

9. O que pretendiam as Cortes em relação ao Brasil e por que sua ação precipitou a Independência? Resuma o desfecho desse processo.

Julgamento dos revolucionários de 1817. Seus principais líderes foram executados.